

ATA DA 41.^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CT-IPCT (aberta)

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às nove horas e vinte minutos, pela plataforma Teams, teve início a **41.^a Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)** constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. A coordenadora, Lígia Moreira de Almeida, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação, deu início aos trabalhos da 41.^a Reunião Ordinária com participação dos membros da CT, comissões de atingidos, assessorias técnicas, convidados e Fundação Renova. Da lista de presença, constam os seguintes participantes:

Membros: Lígia Moreira de Almeida (Coordenadora da CT-IPCT), Francisco Nóbrega e Tiago Cantalice da Silva Trindade (DPU), Ademilton Ferreira (Fundação Palmares), Guilherme Gonçalves e André Sucupira (FUNAI), Sérgio do Carmo (Comissão dos atingidos de Barra Longa), Érika Martins (SEDESE), Camila Amui (SESAI), Antônio Áureo e Geraldo Felipe (Comissão de Atingidos de Rio Doce), Mônica Pazzinato e Jadilson Lino Oliveira (CRQ Degredo) e Aline Carla (DSEI).

Assessorias: Pedro Bigolin, Gracielle Bastos, Dandara Cabral, Simony de Jesus (ASPERQD) e Klenio Costa (ATI Rosa Fortini).

Convidados: Txawã Pataxó e Miguel Bravim (DSEI), Rômulo Sá e Mozart Machado (FUNAI) e Vitor Coelho (Consultor – EY).

Pela Flacso: Fabiana Tomaz (Secretária), Cláudia Laureth (Coordenadora do Polo ES), Miriam Santos (Coordenadora do Polo BH).

Pela Fundação Renova: Luana Sala, Gabriel Moura, Gabriela Prado, Alessandro Corrêa, Bruna Aarão, Felipe de Drummond, Fernanda Balestro, Daniel Martins, Silvani Honorato, Gilson Dias, Carlos Alberto Martini, Maria Lethícia Campos, Sarah Angélica Nunes, Willer Sathler, Ilva Hastenreiter, Caroline Coutinho, Milton Netto, Roberto Ruggeri, Cristiano Matos e Viviane Araújo.

I. PAUTA GERAL (9h às 11h)

Pauta	Discussão
1. Abertura, apresentação dos participantes e aprovação da ata da 40^a RO aberta	Após a apresentação dos presentes, a ata da 40 ^a Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas e após a assinatura, será enviada à Secex para publicação.
2- Agenda de reuniões e fatos relevantes outubro e novembro de 2021 (Fundação Renova)	<p>Silvani apresentou sobre Degredo informando que:</p> <p>Em relação ao Comitê Gestor do PBAQ, foi apresentado o cronograma de atividades do Eixo Gestão e Cultura (novembro de 2021 a fevereiro de 2022) e do Planejamento da 3.^a Consulta do PBAQ. Sobre a Execução do Eixo Gestão Territorial e Processos Integrados, foi realizada a formação em Relações Étnico-Raciais e sobre Execução do Eixo Cultura, Identidade e Território foram realizadas as oficinas de cartografia social e início da etnografia para documentação das referências culturais de Degredo.</p> <p>Felipe apresentou sobre os indígenas, informando que na TI TG, a consultora MPB estava realizando, em conjunto com a comissão de Caciques Tupiniquim Guarani e com os representantes das aldeias indígenas, o detalhamento dos programas do PBAI, por meio de oficinas. Sobre a Indenização, informou que a minuta de Acordo Tupiniquim Guarani entre as Associações Indígenas, Comissão de Caciques Tupiniquim Guarani, Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública Estadual do Espírito Santo (DPE) e Defensoria Pública da União (DPU), havia sido assinada no dia 21/10 e protocolada no dia 05/11 na 12.^a Vara Federal Cível e Agrária da SJMG e que o juiz abriu prazo para manifestação da AGU e FUNAI. Informou, ainda, que a Fundação Renova teve acesso aos termos de quitação individual das famílias no dia 10/11/2021 e já havia iniciado a análise deles. Sobre o FAIC havia seis Projetos em fase de prestação de contas, quatorze Projetos em execução na TI TG (1.^a parcela) e após a finalização da etapa de prestação de contas, seria liberada a 2.^a parcela do orçamento previsto. Sobre o ASE, houve o pagamento de 1.349 famílias indígenas e sobre o SAA, houve o agendamento do serviço de sondagem e do serviço de geofísica para dezembro/21.</p>

	<p>Sobre os Guaranis (AIG), Felipe informou que eles solicitaram formalmente que fosse desvinculada da Comissão de Caciques TG e que estava sendo tratada de forma separada. Informou, também, que a consultoria MPB, em conjunto com o cacique de aldeia de Três Palmeiras, com os representantes da AIG e com os indígenas da aldeia de Três Palmeiras, já havia finalizado as oficinas e detalhamento dos programas do PBAI. Sobre a Indenização, informou que a minuta de Acordo da comunidade Indígena Guarani Mboapy Pindó havia sido assinada no dia 12/11, entre as Associações Indígenas, os Caciques da Aldeia de Três Palmeiras, os Guaranis, o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública Estadual do Espírito Santo (DPE) e a Defensoria Pública da União (DPU) e protocolada no dia 18/11 na 12.ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG.</p> <p>Em Comboios, na questão da Indenização, Felipe informou que a minuta de acordo havia sido <u>assinada no dia 08/10</u>, entre a Associação Indígena, os Caciques das Aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública Estadual do Espírito Santo (DPE) e a Defensoria Pública da União (DPU), sendo as assinaturas dos termos de quitação individual das famílias, coletadas entre os dias 14/10 a 22/10 e o que o acordo foi homologado na 12.ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG no dia 08/11/2021. Informou, também, que o pagamento das indenizações ocorreu no dia 18/11/2021 e que a atividade de campo para coleta de assinatura dos termos remanescentes estava ocorrendo na semana do dia 22 até 26/11. Sobre o PBAI, a consultoria MPB, em conjunto com os caciques, com representantes da AITC e com as lideranças das aldeias estavam realizando o detalhamento dos programas do PBAI por meio de oficinas. Sobre o FAIC, estavam em execução quatro Projetos em fase de prestação de contas da 1ª parcela e, após a finalização da etapa de prestação de contas, seria liberada a 2.ª parcela do orçamento previsto. Sobre o ASE, houve a antecipação de dezembro no dia 18/11/2021, conforme previsto no acordo homologado na 12.ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG. Sobre Comboios, em relação ao Plano de Contingência de Cheias, Felipe informou que uma reunião de apresentação da versão final do plano estava agendada para 26/11, e contaria com a presença dos Caciques das aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, do Presidente da AITC, e dos representantes da Defesa Civil. Sobre o SAA, informou que o DSEI havia solicitado o reagendamento da atividade de perfuração para que o órgão pudesse acompanhar e que a autorização de perfuração havia sido solicitada à FUNAI e que estavam aguardando resposta, mas a perfuração estava pré-agendada para dezembro. Informou, ainda, que a sondagem havia sido iniciada nas aldeias de Comboios e Córrego do Ouro.</p> <p>Sobre a Manutenção do acordo emergencial Krenak, Felipe informou que as ações previstas estavam sendo realizadas em conformidade a Cláusula 43 do TTAC – Acordo Vale/Krenak.</p> <p>Após questionamento do Tiago Cantalice, a Fundação Renova esclareceu alguns pontos: os acordos teriam os mesmos valores, com diferença na forma de pagamento, pois foram negociados separadamente. Os acordos de Comboios e da AIG foram feitos de forma extrajudicial e seriam depositados diretamente na conta dos indígenas. Em relação à TG, os termos de quitação seriam recolhidos pelas associações e o pagamento seria feito em juízo. Gabriel ressaltou que os valores eram os mesmos, mas eram três acordos: com a Associação Indígena Guarani Mboapy Pindó, das Aldeias de Três Palmeiras, Boa Esperança e Nova Esperança; com a Comissão de Caciques AITG; com a Associação Indígena de Comboios. Bruna esclareceu que a AIG tinha associados de três aldeias: Três Palmeiras, Nova Esperança e Boa Esperança, mas nem todas as famílias das duas últimas aldeias eram associadas à AIG e que algumas eram associadas à AITG e Amarelos.</p>
<p>3- Status do que ficou definido no Encaminhamento E40.2 (A Fundação Renova deverá apresentar na 41.ª as complementações sugeridas pelos membros da CT sobre</p>	<p>A Fundação enviou o Ofício FR.2021.1884, de 22/11/2021, no qual formalizou o entendimento da Fundação Renova. Gabriel Moura explicou que a declaração de ser tradicional ou indígena, que já era inserida no registro do atendimento feito pelos Canais de Atendimento, não poderia desencadear um atendimento automático pelos Programas 03 e 04, pois o público desses programas passa pelo autorreconhecimento e auto-organização, ou seja, as famílias indígenas e quilombolas atendidas são indicadas pelas lideranças indígenas e associação comunitária de Degredo, respectivamente.</p>

os canais de atendimento)	
4- Status da reabertura dos escritórios e do CIA (Fundação Renova)	<p>Luana informou que nove CIAs já haviam retomado o atendimento, considerando todos os protocolos sanitários: Baixo Guandu, Barra Longa, Cachoeira Escura, Governador Valadares, Linhares, Mariana, Naque, Pedra Corrida, Santa Cruz do Escalvado e que três estavam com previsão para a semana seguinte: Aimorés, Resplendor e Tumiringa. Informou que o horário de atendimento de Barra Longa e em Santa Cruz do Escalvado era às segundas e terças, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Felipe informou que as equipes estavam sempre disponíveis e que os escritórios físicos voltariam gradualmente, considerando que os atendentes retornariam à medida que estivessem com as duas doses da vacina e não tivessem comorbidades.</p> <p>Luana ressaltou que as comunidades haviam recebido bem a volta dos CIAs. Klenio disse que conversou com a responsável pelo CIA de Santa Cruz e Rio Doce e que foi informado que atenderiam dois dias na semana, mas depois informou que seriam cinco dias. Disse que os atingidos estavam satisfeitos com o retorno, pois o serviço de 0800 não estavam funcionando havia três semanas. Luana informou que, a depender de decisões judiciais recentes, os canais recebem uma maior procura de atingidos o que resulta em um aumento do tempo de espera. Informou ainda que o problema seria resolvido e novos atendentes seriam contratados para ampliar os pontos de atendimento.</p> <p>Antônio Áureo confirmou que os atingidos estavam satisfeitos com a volta dos CIAs, mas que o atendimento da Renova ainda era deficiente e solicitou que o problema fosse resolvido, para que as dúvidas dos atingidos fossem sanadas e Luana respondeu que pediria a pessoa responsável (Maria Thereza) que detalhasse como seriam os atendimentos e responderia posteriormente (foi respondido por e-mail e detalhado conforme o início desse ponto).</p> <p>Jadilson informou que Degredo era atendido pelo CIA de Linhares e que a informação era de que o CIA de Linhares atenderia de forma itinerante e Luana respondeu que estava previsto um atendimento itinerante em Linhares a partir de 2022.</p>
5- Solicitação de encerramento das Cláusulas: 44, inciso 3º e parágrafo 3º e da 46, parágrafo 2º (Fundação Renova)	<p>Lígia informou que não teria como a CT atestar o cumprimento das Cláusulas e que naquele momento não teria como encerrar. Os representantes da Fundação Renova responderam que a solicitação era em relação à contratação das consultorias e que poderiam detalhar melhor a solicitação para que a CT analisasse novamente, pois se tratava de cumprimento de pontos específicos. Lígia perguntou como era o fluxo no caso de encerramento e Luana informou que a Fundação solicitava por ofício, a CT analisava e elaborava uma NT para inclusão na pauta do CIF.</p>

II. PAUTA INDÍGENA (11às 13h)

Pauta	Discussão
6- Status das reuniões sobre indenização com os povos indígenas de Aracruz (Fundação Renova)	<p>Gabriel informou que, conforme havia sido informado na pauta geral, são três acordos separados, um para os Guaranis de Três Palmeiras, Boa Esperança e nova Esperança, um para Caieiras Velha II e Tupiniquim e outro para Comboios. Explicou que o acordo de Comboios havia sido assinado em outubro/2021, já havia sido homologado pelo juiz da 12ª Vara e as indenizações já haviam sido pagas. Os outros dois acordos estavam aguardando a homologação, mas a expectativa era que tudo fosse finalizado até o fim do ano. Gabriel mencionou que alguns indígenas necessitaram de intérpretes para lerem o acordo, já quen não falavam português e Tiago Cantalice perguntou como estava esse processo e se a Funai estava acompanhando. Gabriel respondeu que a Funai havia acompanhado as reuniões, mas não havia participado da assinatura do acordo. Tiago perguntou se alguma instituição pública havia acompanhado e Gabriel respondeu que as Defensorias Públicas, principalmente a estadual, que inclusive, havia oficiado a Fundação Renova, solicitando que o acordo com os Guaranis fosse assinado separado. Tiago perguntou, ainda, se a Defensoria estava acompanhando as reuniões nas quais foram celebrados os termos de quitação e Gabriel informou que as de Comboios sim, e que estavam em contato direto com as lideranças dos Guaranis e que estavam os apoiando. Mozart informou que, em relação aos acordos, as</p>

	<p>negociações se iniciaram sem a participação da Funai, que posteriormente apresentou as considerações técnicas e que as comunidades indígenas de Comboios, TG e Caieiras Velha não contaram com a participação da Funai nas assinaturas, mas ressaltou que a Funai estava à disposição.</p> <p>Tiago disse que tinha lido no acordo de Comboios que as negociações sobre o texto do PBAI seria encaminhado à CT meramente para ciência, mas não lembrava como tinha ficado em relação à Funai e perguntou se a Funai analisaria ou se ficaria restrito à mesa de negociação. Mozart informou que não havia recebido a versão final do plano de trabalho, que havia sido discutido com as comunidades indígenas e que a empresa consultora havia ficado de apresentar uma versão final. Mozart ressaltou que a versão final deveria ser submetida à Funai e que a partir dali, começaria o processo de detalhamento do PBAI.</p>
<p>7- Atualização sobre a homologação judicial do acordo (Fundação Renova)</p>	<p>Tiago lembrou que, no caso do PBAQ, foi realizada uma análise técnica pela Palmares que foi ratificada pela Câmara Técnica e depois, convertida em Deliberação do CIF e perguntou se, no caso do PBAI, haveria manifestação da Funai e seria homologada em juízo, sem passar pelo CIF. Gabriel respondeu que o mesmo fluxo poderia ocorrer paralelamente e que a novidade no caso da indenização, era que seria homologada em juízo, ressaltando que o PBAI continuaria acontecendo no âmbito administrativo e que o resultado que seria homologado.</p>
<p>8- Esclarecimentos quanto às supostas denúncias de integrantes das comunidades indígenas envolvidas</p>	<p>Gabriel disse que a Fundação não tinha conhecimento das supostas denúncias e solicitou que o assunto fosse encaminhado por e-mail para ciência e tratativas da Fundação. Considerando que os indígenas não estavam participando da reunião, o assunto seria analisado pela Fundação Renova após o recebimento do e-mail e tratado posteriormente.</p>
<p>9- Atualizações sobre a validação do Plano de Trabalho do PBAI (Comboios) e previsão de encaminhamento da versão do Plano de Trabalho à Funai</p>	<p><u>Gabriela disse que atualizaria o status do plano de trabalho até o dia 10/12/2021, enviando para a Funai e para a CT.</u></p>
<p>10- Atualizações sobre detalhamento da execução das atividades do Plano de Trabalho do PBAI (Tupiniquim)</p>	<p>Bruna informou que as oficinas já haviam se iniciado com a Comunidade e com a empresa consultora, com participação da Funai local, em Comboios. Informou, também, a previsão de oficinas nas aldeias da TI TG e a realização de oficinas com a Comissão de Caciques e que as Oficinas com Três Palmeiras já haviam sido concluídas, pois, foram realizadas separadas por solicitação da Comissão de Caciques.</p> <p>Mozart perguntou se as oficinas de detalhamento para execução das atividades do plano de trabalho do PBAI já estariam acontecendo antes de sua finalização.</p> <p>Bruna respondeu que os indígenas já haviam validado o plano de trabalho e que a Funai havia respondido que não haveria grandes considerações. Mozart ressaltou que a Funai ainda estava aguardando a versão final para realizar a análise técnica e que o detalhamento do PBAI deveria se iniciar a partir daquela análise. Gabriel respondeu que foi acordado com as Comunidades que as oficinas se iniciariam de imediato, pois já haviam sido apresentadas duas versões do plano de trabalho, sem prejuízo aos pontos que pudessem ser retomados. Mozart reiterou que a Funai estava aguardando o plano de trabalho e Gabriel respondeu que, conforme o informado pela Gabriela, seria protocolado até o dia 10/12/2022. Lígia ressaltou que o cronograma deveria constar na versão final, procedimento já adotado.</p>
<p>11- Status sobre o Plano de Contingência de Cheias - resposta da</p>	<p>Fernanda informou que o plano seria validado com os indígenas na reunião agendada para sexta-feira, dia 26/11, juntamente com a Defesa Civil.</p> <p>Tiago perguntou quais seriam os próximos passos após essa reunião e Bruna respondeu que haveria a validação do plano pelos indígenas, um treinamento pela Defesa Civil em caso de enchentes e a instalação das placas com rotas de fugas.</p>

Defesa Civil (Fundação Renova)	Disse que compartilharia o plano após a validação e que, para o treinamento, ainda não havia previsão.
---------------------------------------	--

III – PAUTA GARIMPEIROS TRADICIONAIS-FAISCADORES

Pauta	Discussão
12- Apresentação dos comprovantes de recebimento das comunicações do cancelamento do AFE (ARs assinados pelos atingidos) - (Fundação Renova)	<p>Gabriel informou que as comunicações foram feitas e que a FR já havia se manifestado pelo Ofício FR.2021.1874 de 19/11/21. Ressaltou que considerando a proteção de dados, a Fundação não poderia disponibilizar dados sem a autorização de cada um. Gabriel reiterou que foi dado o direito ao contraditório e que aquele que entende que não teve oportunidade de exercer esse direito adequadamente, pode procurar os canais de atendimento da Fundação Renova para relato individualizado de sua situação.</p> <p>Lígia perguntou se as comunicações haviam sido feitas pelos Correios e Gabriel respondeu que sim, que havia sido também por AR, além de ter sido publicado anúncios em jornal para aqueles não localizados e em todos os casos no Portal do Usuário com acesso mediante senha e login.</p> <p>Klenio disse que, embora existisse a lei de proteção do uso de dados, aquele espaço era de controle social. Klenio ressaltou que havia dúvidas sobre o recebimento das citadas comunicações e que naquele caso, não seria apenas um repasse de informações. Ressaltou, principalmente, que a Fundação afirmava que havia enviado as informações, mas os atingidos haviam sido pegos de surpresa.</p> <p>Houve uma breve discussão sobre a efetividades das comunicações alegadas pela Fundação e sobre a necessidade de que os interessados tivessem acesso àquelas informações e foi discutida a possibilidade de a Fundação Renova enviar os documentos mesmo que tarjados, sendo na sequência esclarecido pela Fundação que os AR com os dados pessoais tarjados não viabilizariam qualquer verificação. A Fundação Renova alegou que ali não seria o foro adequado para a verificação e discussão dos procedimentos de atendimento do Programa de Auxílio Financeiro emergencial, mas sim a CTOS, sendo registrado que os membros da CT discordavam totalmente dessa postura.</p>
Encaminhamento E 41.1	A Fundação deverá disponibilizar as informações solicitadas, considerando o levantamento de quem se manifestou em relação aos cortes e ou reduções do AFE, a fim de comprovação e enviar para a CT até o dia 04/12/2021
13-Atualização do status do reestabelecimento os pagamentos dos AFEs que foram cortados (“por contraditório”) e reduzidos (regime de transição 50%) desde janeiro de 2021	Luana disse que a Fundação entendia que não caberia à CT solicitar reestabelecimento dos AFE’s e registrou que a Fundação não concordava com o solicitado.
14- Atualização do status para as próximas ações no cumprimento das Deliberações CIF n° 501 e 546	<p>Gabriel informou que as duas deliberações estavam judicializadas e que a Fundação estava aguardando a decisão da 12ª Vara.</p> <p>Klenio disse que as deliberações haviam sido descumpridas e isso deveria ser levado ao CIF. Lígia concordou, considerando que o prazo já havia sido extrapolado e informou que a CT enviaria ao CIF a solicitação de aplicação da multa.</p>

IV – PAUTA QUILOMBOLA

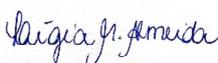
Pauta	Discussão
--------------	------------------

<p>15- Informes sobre as ações do PBAQ (Fundação Renova)</p>	<p>Na pauta geral foram apresentados os pontos relevantes e o Daniel Martins apresentou os resultados do último trimestre, até o dia 23/11/2021 (o trimestre fecharia no dia 30/11). Registro que a apresentação está disponível para consulta na memória da reunião.</p>
<p>16. Informes sobre 3ª rodada de consulta PBAQ (Fundação Renova)</p>	<p>Silvani apresentou os processos em andamento, informando que o período de realização da Elaboração e Distribuição do Material e Capacitação era de 23 a 25/11, o de Consulta seria de 26/11 a 12/12, a Plenária seria realizada dia 14/12 e a entrega da versão final PBAQ estava prevista para o dia 17/12. Silvani informou, também, que seriam feitas consultas sobre os programas que ainda estavam em aberto (terceira rodada). Lígia perguntou quais seriam os programas e Silvani respondeu que seriam o programa 5 (Monitoramento Ambiental), o programa 6 (Etnomonitoramento da Ictiofauna do Rio Ipiranga), o programa 7 (Monitoramento de Qualidade de Água dos Poços de Degredo), o programa 9 (Práticas Pedagógicas de Educação Popular), o programa 12 (Acompanhamento Multidisciplinar das Famílias do Degredo), o programa 14 (Implementação da Cadeia Produtiva de Beneficiamento e Comércio de Polpas e demais Subprodutos de Frutas Típicas do Território do Degredo), o programa 15 (Intensificação da Atividade de Apicultura no Território), o programa 16 (Incentivo ao Turismo Ecológico-cultural), o programa 21(SAA) e o programa 22 (Repasse para Complementação do PBAQ). Lígia perguntou se o programa de Monitoramento Ambiental (programa 5) já estaria na rodada. Silvani respondeu que, como não houve um consenso entre a ASPERQD e a Fundação, ele será incluído na 3ª consulta para apreciação da comunidade e, após concordância da comunidade, ele será retirado do PBAQ com o repasse de recursos para a Associação para aplicação em outros programas.</p>
<p>17. Informes sobre o processo de aquisição de terrenos das obras do PBAQ (Fundação Renova)</p>	<p>Fernanda Balestro apresentou o cronograma atualizado (que pode ser consultado na memória de áudio e vídeo da reunião), informando que o levantamento de campo já havia sido realizado, que a certidão de inteiro teor já havia sido solicitada ao cartório e que a etapa de análise da documentação estava concluída, além de o parecer elaborado pela equipe do Fundiário da Fundação estar pronto. Fernanda explicou que a próxima etapa seria a contratação de uma empresa para realizar o laudo de avaliação das propriedades, que poderia estar concluído até a sexta-feira seguinte. Explicou, também, que das seis propriedades identificadas, apenas três seriam avaliadas, pois os proprietários demonstraram interesse em vender. Após a avaliação, a ASPERQD validaria o termo para a aquisição do terreno e a estrutura do termo de transferência dos recursos seriam elaborados (etapa necessária para o andamento do licenciamento ambiental e posterior execução das obras). Fernanda explicou resumidamente que houve um pequeno atraso no cronograma, na etapa de obtenção da documentação junto ao cartório, inicialmente, no fornecimento das informações a respeito da existência da documentação, dos valores e do fluxo de pagamento compatível com compliance da Fundação Renova. Na sequência, ocorreu novo atraso por parte do cartório, no que dizia respeito ao envio da documentação, não tendo sido respeitado o prazo de 5 dias úteis informado pelo próprio. Informou que as demais etapas seguiam em andamento e que houve a necessidade da inclusão da etapa de contratação de empresa para realização dos laudos de avaliação das propriedades, que já se encontrava em estágio avançado de tratativas. Fernanda ressaltou que o impacto de tempo decorrente do atraso gerado pela etapa cartorial poderia ser diminuído nas fases de validação do terreno e de emissão da documentação que efetivaria a transação e que prazo inicialmente previsto de vinte e cinco dias poderia ser menor, de acordo com a disponibilidade das documentações e das pessoas.</p>
<p>18. Informes sobre SAA e abastecimento de água (Fundação Renova)</p>	<p>Fernanda apresentou o cronograma (que pode ser consultado na memória da reunião), explicando que o houve alguns atrasos em relação ao fundiário (os atrasos foram os mesmos do PBAQ, pois as etapas foram feitas em conjunto). Explicou que as definições necessárias para o licenciamento ambiental já estavam concluídas, incluindo a análise da documentação necessária, mas que ainda seria necessário concluir a etapa do fundiário.</p> <p>Sobre o Termo do Acordo de Cooperação com o SAAE, Gilson informou que houve uma reunião com o prefeito no dia 28/10, para formalização da questão do repasse do recursos e que a prefeitura havia aceitado receber o recurso para</p>

	<p>execução das obras, já designando a procuradora do município para acompanhar e validar o termo de repasse e que a Fundação estava finalizando a minuta. Considerando que as etapas foram as mesmas, Fernanda apresentou o mesmo resumo do item de pauta anterior.</p>
<p>19- Apresentação das métricas (análise do desempenho) do qualifica Degredo (Fundação Renova - gerência de economia e inovação)</p>	<p>Roberto Ruggeri, Coordenador da área de contratação local e empreendedorismo, se apresentou e informou que estava trabalhando junto com a ASPERQD e com a equipe do PG04 para viabilizar as qualificações profissionais em Degredo. Cristiano, ponto focal de atendimento da Qualificação profissional do ES, informou que as pré-inscrições se encerraram no dia 02/11 às 23h, com um total de cento e dois inscritos elegíveis (com ciclo vacinal completo) e com seis pessoas não elegíveis, pois não se identificaram no formulário on-line, dificultando um contato posterior. Informou, também que os próximos passos seriam: mobilização e agendamento para as inscrições e visita à comunidade para identificar o local dos cursos, que correriam em novembro/21, inscrições presenciais, que ocorreriam em dezembro/21 e início da capacitação que ocorreria em janeiro/22. Cristiano informou ainda que os Cursos de Qualificação Profissional que fecharam turma foram: Assistente Administrativo com 36 vagas, Auxiliar de Cozinheiro com 16, Informática Básica/Operador de Computador com 25, Carpinteiro com 11 e Pedreiro de Revestimento com 12. Cristiano ressaltou que as datas haviam sido acordadas com o apoio da comunidade e da ASPERQD e informou que a Fundação faria uma visita a Degredo no dia 02/12, para conhecer a parte de infraestrutura antes das capacitações se iniciarem (dia 15/01, se iniciariam as inscrições para Assistente Administrativo e Informática Básica, para início no dia 17/01/2022). Quanto ao curso de Auxiliar de Cozinheiro, a Fundação estava estudando a possibilidade de iniciar também em janeiro, mas seria necessária a visita técnica para uma resposta final. Após uma breve discussão, foi definido que todo o alinhamento com eventuais fornecedores seria feito em conjunto com a Fundação e a ASPERQD, visando realizar o maior número de cursos e atender o maior número de pessoas possível.</p> <p>Na oportunidade, Pedro informou que os links de todas as reuniões com a comunidade seriam disponibilizados pela ASPERQD, assim como a produção das atas e Lígia solicitou que todas as atas das reuniões anteriores fossem encaminhadas à CT e os representantes da Fundação concordaram. Luana questionou sobre a criação de um GT para tratar dos programas de monitoramento (encaminhamento E40.4), mas Pedro respondeu que, considerando o andamento do processo de consulta, a questão estaria superada, assim como o encaminhamento E40.5 (A FR deveria apresentar, por meio de uma NT, as razões que a levaram a apontar a existência de dissensos e adequações nos programas de monitoramento. Além das justificativas, deveria apresentar as propostas alternativas dos referidos programas até o dia 29/10).</p>

Às dezesseis horas, a coordenadora Lígia Moreira de Almeida agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a **41.ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF**. Informo que a reunião foi gravada e consta na memória de áudio e está disponível para consulta.

Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 20/01/2022, na 42.ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF



LÍGIA MOREIRA DE ALMEIDA
Coordenadora da CT-IPCT